

§ 3.º Em consequencia do disposto no preambulo e paragraphos precedentes, compete a cada um dos accionistas o numero de accções indicado adiante de suas assignaturas.

Art. 4.º Para solver o passivo mencionado no art. 3.º, § 1.º, assim como para maior desenvolvimento da empresa, a directoria é autorizada, desde já, a contrahir um emprestimo, até à importancia do capital, por meio de obrigações ao portador (*debentures*) e a garantil-o com hypotheca dos immoveis da companhia e com a garantia de juros que lhe concedeu o Governo Imperial. Poderá tambem chamar a si quaesquer compromissos hypothecarios que pesem sobre a fazenda, passar nova escriptura de hypotheca, para o que são-lhe conferidos especiaes poderes.

Art. 5.º O capital pôde ser augmentado por deliberação da assembléa geral, na conformidade da lei.

§ 1.º Aos subscriptores das 500 accções a que se refere o art. 3.º e das que representarem o augmento de capital, que não fizerem as entradas nas épocas fixadas pela directoria, poderá esta impôr a pena de commisso.

§ 2.º O commisso importa a perda das entradas feitas, em beneficio da companhia.

§ 3.º Os accionistas responderão pelo valor das accções que subscreverem ou lhes forem cedidas.

Art. 6.º As accções são nominativas e transferiveis por termos ou registos da companhia, assignados pelos cedentes e cessionarios ou seus bastantes procuradores.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 7.º A administração é exercida por uma directoria de quatro membros, eleitos de tres em tres annos, e reelegiveis.

§ 1.º Tres dos directores funcionarão na sêde da companhia, e escolherão entre si o presidente, o secretario e o thesoureiro.

§ 2.º O quarto director exerce as funcções de gerente e é obrigado a permanecer nas proximidades do engenho.

§ 3.º O director-gerente prestará caução de 100 accções, e cada um dos outros presta-l-a de 50. As ditas accções são inalienaveis até a approvação das contas.

§ 4.º Só os accionistas podem ser eleitos directores.

Art. 8.º Aos directores da sêde, reunidos em conselho, compete:

§ 1.º Nomearem e demittirem o profissional ou profissionais necessarios para os trabalhos technicos do engenho, mediante proposta do director-gerente.

§ 2.º Nomearem e demittirem os demais empregados da companhia, á excepção dos immediatos delegados do gerente.

§ 3.º Celebrarem todos os contratos, inclusive o de que trata o art. 4.º, salvo os da competência do gerente.

§ 4.º Representarem a companhia activa e passivamente, em Juízo e fóra d'elle, e perante todas as autoridades constituídas.

§ 5.º Transigirem livremente, adquirirem bens e alienarem os moveis que não prestem utilidade à companhia.

§ 6.º Convocarem a assemblea geral, ordinaria e extraordinariamente.

§ 7.º Nomearem ao director impedido substituto, d'entre os accionistas.

§ 8.º E em geral promoverem os interesses da companhia, na forma destes estatutos e das leis, tomando e praticando todas as providencias que não compitam exclusivamente à assemblea geral.

Art. 9.º Os directores da sede reúnem-se em sessão pelo menos duas vezes por mez. Para haver sessão basta a presença de dous directores. O presidente tem voto de qualidade em caso de empate. As actas das sessões são assignadas pelos directores presentes.

Art. 10. Compete ao director-gerente :

§ 1.º Regular os serviços da fazenda e do engenho, fiscalisal-os continuamente, nomear e demittir os delegados necesarios para o auxiliarem.

§ 2.º Fazer os contratos precisos para o fornecimento da materia prima, e para a obtenção de operarios e trabalhadores.

§ 3.º Prestar aos directores da sede as informações que estes requisitarem ; remetter-lhes no fim de cada primeiro semestre do anno social um balanço do estado da empresa, e no fim do segundo as contas e o relatorio que devem ser presentes à assemblea geral.

§ 4.º Cooperar com os directores da sede para a prosperidade da empresa, e tomar todas as medidas a esse fim necessarias, pondo-as logo em execução e dando dellas communicação aos demais directores.

Art. 11. O director-gerente toma parte nas deliberações da directoria reunida em conselho, quer quando comparecer espontaneamente, quer quando fôr para isso convidado pelos directores da sede, e tem o direito de requisitar a convocação de reuniões extraordinarias da directoria e da assemblea geral.

Art. 12. Os directores da sede vencem o honorario de 1:600\$ annuaes e o gerente 500\$ mensaes.

### CAPITULO III

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 13. A assemblea geral em sua sessão ordinaria annual elegerá tres fiscaes, accionistas ou não accionistas.

§ 1.º Os fiscaes servem gratuitamente, e exercem as funcções definidas no Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, arts. 51 e 54 a 61.

§ 2.º Em seus impedimentos accidentaes são substituidos pelos immediatos em votos, e nos demais casos pela maneira prescripta no art. 6.º do citado regulamento.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 14. A assembléa geral compõe-se de accionistas, em numero legal, regularmente convocados, cujas accções estejam inscriptas em seus nomes com a antecedencia minima de 30 dias.

Art. 15. Os accionistas podem fazer-se representar em assembléa por procuradores bastantes, socios ou não socios.

Art. 16. A assembléa é installada pelo director presidente: na falta d'elle por algum dos outros, e na falta de todos pelo accionista mais velho em idade. Em seguida é nomeado por aclamação ou por escrutinio o presidente da assembléa, o qual designa os secretarios.

Art. 17. A reunião ordinaria é convocada com antecedencia de 15 dias, e a extraordinaria com a de oito dias, por meio de annuncios repetidos.

§ 1.º Na reunião ordinaria delibera-se sobre o relatorio e contas da administração e parecer do conselho fiscal, assim como sobre quaesquer assumptos que interessem á companhia.

§ 2.º Nas extraordinarias só se delibera sobre o assumpto que as motivar, constante da ordem do dia, declarada nos annuncios de convocação.

Art. 18. As deliberações da assembléa são tomadas por maioria relativa de votos. Os votos são contados por cabeça, salvo si algum accionista propuzer que o sejam por accções.

§ 1.º Nesse ultimo caso cada accionista tem um voto por cinco accções, até ao numero maximo de 20 votos.

§ 2.º Todas as eleições são feitas por escrutinio e por accções.

Art. 19. A assembléa entende-se legitimamente constituida quando concorram accionistas que representem um quarto do capital social. Todavia, nos casos dos arts. 39 e 65 do Regulamento n. 8821, é necessario que se achem assim representados dous terços do capital.

Paraphrasis unico. As deliberações da assembléa, accórdes com os estatutos e a lei, obrigam todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 20. A reunião ordinaria da assembléa tem lugar no corre: do mez de Julho de cada anno.

Art. 21. Compete á assemblea geral :

§ 1.º Exercer as attribuições que lhe são conferidas em diversos artigos destes estatutos.

§ 2.º Deliberar livremente sobre todos os negocios da companhia e actos que lhe interessarem, com a unica limitação da parte final do art. 63 do Regulamento n. 8821.

§ 3.º Eleger os administradores e fiscaes.

§ 4.º Resolver os conflictos entre os directores da sede e gerente, que não tenham sido decididos pela directoria em conselho, por não comparecimento do dito gerente.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 22. O anno social vai do 1.º de Julho a 30 de Junho seguinte.

Art. 23. Os lucros liquidos provenientes de operações effectivamente concluidas em cada semestre, são applicados a dividendos, deduzidos 10 % para fundo de reserva.

Art. 24. Cessa a deducção quando o fundo de reserva attingir á metade do capital social.

§ 1.º O fundo de reserva é empregado em apolices da divida publica.

§ 2.º O dito fundo destina-se a fazer face á deterioração de machinas e ás perdas do capital social, e será estabelecido na forma do art. 24, quando desfalcado em virtude delles.

Art. 25. Os dividendos não reclamados durante cinco annos prescrevem a favor da companhia.

Art. 26. Os accionistas Dr. Paulo Francisco da Costa Vianna e Furquim, Joppert & Comp. pelos serviços prestados para a formação da companhia têm direito á metade dos lucros liquidos excedentes a 10 % do capital social, depois de deduzida a quota destinada ao fundo de reserva.

Essa metade será subdividida entre os ditos accionistas em partes iguaes, ainda que venham a ter maior ou menor numero de accções e enquanto forem accionistas.

Art. 27. A companhia poderá vender terrenos em lotes a colonos nacionaes e estrangeiros, e arrendal-os, para o que fica a directoria autorizada a assignar escriptura de venda e arrendamento.

Art. 28. Fica entendido que nos casos não expressos nestes estatutos regem interinamente as disposições do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 29. Os accionistas Furquim, Joppert & Comp. serão os correspondentes da empresa.

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

1.<sup>a</sup> São nomeados para o 1.<sup>o</sup> triennio directores da sôde Hermano Joppert, José Henrique de Souza, Manoel Furquim Severo de Almeida e director-gerente Dr. Paulo Francisco da Costa Vianna.

2.<sup>a</sup> Os accionistas infra assignados que constituem a totalidade da companhia, conferem aos directores da sôde plenos poderes para todos os actos exigidos em lei, afim de que a dita companhia entre em exercicio.

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 1885,

(Seguem-se as assignaturas.)

.....

## DECRETO N. 9553 — DE 30 DE JANEIRO DE 1886

Providencia sobre a revisão annual do quadro dos Professores adjuntos.

Não sendo possivel actualmente dar inteira execução ao art. 118 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8025 de 16 de Março de 1881, nem havendo ainda pessoal habilitado pela Escola Normal da Côrte para concorrer ao provimento effectivo dos logares de Professores adjuntos às escolas publicas de instrução primaria, na fôrma do art. 117 do dito regulamento; Hei por bem decretar:

Art. 1.<sup>o</sup> A contar de 15 de Março do corrente anno, e até que se possa observar a disposição do segundo dos citados artigos, o Governo procederá annualmente, por proposta do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria, e ouvido o Director da Escola, à revisão do quadro dos Professores adjuntos, afim de substituir os que dispuzerem de habilitações inferiores às de pessoas approvadas pela mesma Escola, que, tendo pelo menos os exames de portuguez da 1.<sup>a</sup> serie, arithmetica, chorographia e historia do Brazil, calligraphia e desenho linear, musica e gymnastica, estejam no caso de ser nomeadas interinamente.

Art. 2.<sup>o</sup> As pessoas, em virtude do artigo antecedente admitidas no quadro dos Professores adjuntos, serão eliminadas do mesmo quadro, si nos dous annos seguintes à data da nomeação não completarem o curso primario do primeiro grau, de que trata o citado Regulamento annexo ao Decreto n. 8025 de 16 de Março de 1881.

Art. 3.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim

o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

~~~~~

DECRETO N. 9554 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1886

Reorganiza o serviço sanitario do Imperio

Usando da autorização concedida pelo art. 1º, § 4º, n. IV do Decreto Legislativo n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, Hei por bem Reorganizar o serviço sanitario do Imperio na conformidade do Regulamento que com este baixa, assignado pelo Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

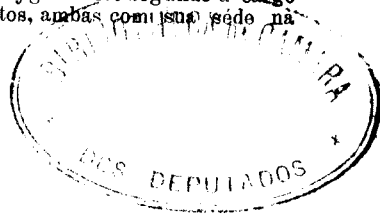
Regulamento a que se refere o Decreto n. 9554  
desta data

## TITULO I

### Das repartições de saude

Art. 1.º Haverá na Côrte um Conselho Superior de saude publica, especialmente incumbido de interpôr parecer acerca das questões de hygiene e salubridade geral sobre que fôr consultado pelo Governo.

Art. 2.º O serviço sanitario do Imperio comprehende o serviço sanitario de terra e o serviço sanitario dos portos. O primeiro ficará a cargo da Inspectoria Geral de hygiene e o segundo a cargo da Inspectoria Geral de saude dos portos, ambas com sua sede na



capital do Imperio. Estas Repartições terão por fim: a execução do presente Regulamento, na parte respectiva a cada um dos serviços, e o estudo de todos os assumptos concernentes á saude publica; para o que proporão ao Governo as medidas que julgarem convenientes e cumprirão as ordens que delle receberem.

## CAPITULO I

### DO CONSELHO SUPERIOR DE SAUDE PUBLICA

Art. 3.º O Conselho Superior de saude publica se comporá dos Inspectores Geraes de hygiene e de saude dos portos, dos Cirurgiões-móres do Exército e da Armada, do Director e dos Lentes de hygiene e de pharmacologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, do Presidente da Academia Imperial de Medicina, do Presidente da Camara Municipal da Córte, do Inspector da Alfandega, do Inspector Geral das Obras Publicas, de dous Engenheiros designados pelo Ministro do Imperio, e de um Delegado Medico da Santa Casa de Misericordia.

O Ministro do Imperio, que será o Presidente do Conselho Superior, designará um dos membros do mesmo Conselho para substituí-lo, em seus impedimentos, na direcção dos trabalhos.

O Conselho Superior funcionará na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 4.º As sessões do Conselho Superior de saude publica se effectuarão uma vez por mez e, extraordinariamente, quando o Ministro do Imperio determinar; e nellas servirá de Secretario um dos Secretarios das Inspectorias Geraes, ou um empregado da Secretaria do Imperio designado pelo Ministro.

Para que o Conselho possa funcionar será mister que esteja presente a maioria dos respectivos membros.

Art. 5.º A convocação dos membros do Conselho para se reunirem em sessão extraordinaria será feita com a antecedencia precisa para que formulem o seu parecer por escripto sobre o objecto da consulta, que lhes será communicado no aviso de convocação; salvo o caso de consulta sobre assumpto por sua natureza urgente.

Art. 6.º Os pareceres formulados pelos membros do Conselho constarão da parte expositiva e de conclusões; e sómente estas serão lidas em sessão e submettidas a discussão. O Presidente dará por finda a discussão quando entender que o assumpto se acha sufficientemente esclarecido, ou a adiará, si assim julgar conveniente.

§ 1.º Todas as deliberações do Conselho serão tomadas por votação nominal e considerar-se-hão adoptadas as conclusões que obtiverem maioria de votos.

§ 2.º As conclusões adoptadas ficarão constituindo o parecer do Conselho, e nessa qualidade serão impressas na *Synopses* de que trata o art. 8.º

Art. 7.º Das deliberações do Conselho se lavrará uma acta, que será assignada por todos os membros presentes, com declaração das conclusões em que tiverem sido vencidos.

Art. 8.º No fim de cada anno o Governo mandará publicar uma *Synopse* dos trabalhos do Conselho Superior de saude publica, na qual se consignarão os pareceres do Conselho, nos termos do art. 6.º § 2.º, e se incluirão integralmente as resoluções do Governo com relação aos assumptos nelle discutidos.

Na *Synopse* serão também impressos, em annexo, e na sua integra, os pareceres formulados pelos membros do Conselho na fórma prescripta no art. 6.º, 1.ª parte.

## CAPITULO II

### DA INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE

Art. 9.º A Inspectoria Geral de hygiene incumbê:

- I. A fiscalização do exercicio da medicina e da pharmacia.
- II. O estudo das epidemias, epizootias e molestias reinantes.
- III. A direcção do serviço de vaccinação e o estudo dos meios de melhora-lo e desenvolve-lo.
- IV. A direcção de soccorros sanitarios aos necessitados.
- V. A policia sanitaria sobre tudo que, directa ou indirectamente, interessar a saude dos habitantes das cidades, villas e povoados do Imperio.
- VI. A organização das estatisticas demographo-sanitarias.
- VII. A organização e aperfeiçoamento doCodigo Pharmaceutico brasileiro.

Art. 10. Na execução destes serviços a Inspectoria Geral de hygiene exercerá a sua autoridade por si e por meio de Delegados de hygiene na Côrte; e pelas Inspectorias de hygiene o seus Delegados nas Provincias.

Art. 11. A Inspectoria Geral de hygiene se comporá de :

- 1 Inspector Geral de hygiene ;
- 4 Membros da Inspectoria Geral ;
- 1 Secretario, Medico ;
- 1 Official da Secretaria ;
- 4 Amanuenses ;
- 1 Porteiro ;
- 1 Contínuo.

Terá 25 Delegados de hygiene nas parochias urbanas do municipio, 7 Delegados de hygiene nas parochias suburbanas, e os seguintes auxiliares :

- 1 Medico encarregado da estatistica demographo-sanitaria ;
- 4 Chimicos para os trabalhos de analyse ;
- 2 Pharmaceuticos encarregados da fiscalisação das pharmacias ;
- e os desinfectadores que forem necessarios.



Art. 12. As Inspectorias de hygiene provinciaes serão constituídas do seguinte modo :

I. Nas Provincias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul haverá :

- 1 Inspector de hygiene,
- 2 Membros da Inspectoria,
- 1 Secretario,

E Delegados de hygiene nas cidades e villas mais importantes.

II. As Provincias do Amazonas, Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Alagôas, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catharina, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso terão :

1 Inspector de hygiene e Delegados nas principaes cidades e villas.

Paragrapho unico. Serão nomeados pelo Governo Imperial o por Decreto: o Inspector Geral de hygiene, os membros da Inspectoria Geral, os Inspectores provinciaes e, sobre proposta do Inspector, o Secretario da Inspectoria Geral; por Portaria do Ministro, os Delegados de hygiene do municipio da Côte, os membros e Secretarios das Inspectorias provinciaes, o Medico demographista e os chimicos; e, sobre proposta do Inspector Geral, o Official da Secretaria, os Amanuenses e os Pharmaceuticos.

Serão nomeados pelos Presidentes de Provincia os Delegados de hygiene nas Provincias, e pelo Inspector Geral os demais empregados da Inspectoria na Côte.

Art. 13. Os logares de chimicos da Inspectoria Geral serão providos mediante concurso, a que se procederá de conformidade com as instrucções que a Inspectoria organizar e forem approvadas pelo Governo.

Art. 14. O Inspector Geral de hygiene será substituido, em seus impedimentos, por um membro da Inspectoria, designado pelo Governo; e os membros da Inspectoria por Delegados de hygiene, também designados pelo Governo. O Secretario da Inspectoria Geral será substituido pelo Official da Secretaria, e este por um dos Amanuenses, designado pelo Inspector.

Nas Provincias os Inspectores de hygiene serão substituidos pelos membros da Inspectoria e, na falta destes, por um Medico designado pelo Presidente da Provincia.

### CAPITULO III

#### DA INSPECTORIA GERAL DE SAUDE DOS PORTOS

Art. 15. A Inspectoria Geral de saude dos portos incumbe:

- I. A direcção dos soccorros medicos aos homens do mar;
- II. A policia sanitaria dos navios, dos ancoradouros e do littoral;
- III. O serviço das quarentenas maritimas;

VI. O estudo de todas as questões que interessem ao melhoramento das condições sanitarias dos portos.

Art. 16. Na execução destes serviços a Inspectoria Geral de saude dos portos exercerá a sua autoridade por si, no porto do Rio de Janeiro, e pelos Inspectores de saude dos portos das Provincias maritimas do Imperio nas mesmas Provincias.

Art. 17. A Inspectoria Geral de saude dos portos se comporá de:

- 1 Inspector Geral de saude dos portos ;
- 4 Ajudantes do Inspector Geral, todos Medicos ;
- 1 Secretario, Medico ;
- 2 Amanuenses ;
- 1 Porteiro ;
- 1 Continuo.

Art. 18. As Inspectorias de saude dos portos provinciaes se comporão :

I. Nas Provincias do Pará, Pernambuco e Bahia, de:

- 1 Inspector de saude do porto,
- 1 Ajudante do Inspector,
- 1 Secretario,
- 2 Guardas de saude ;

II. Nas do Maranhão, S. Paulo e Rio Grande do Sul, de:

- 1 Inspector de saude do porto,
- 1 Secretario,
- 2 Guardas de saude ;

III. Nas Provincias do Amazonas, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Espirito Santo, Paraná e Santa Catharina, de:

- 1 Inspector de saude do porto,
- 2 Guardas de saude.

Paragrapho unico. Serão nomeados pelo Governo Imperial e por Decreto : o Inspector Geral e os Inspectores de saude dos portos provinciaes ; e, sobre proposta do Inspector Geral, os Ajudantes deste e o Secretario da Inspectoria Geral ; por portaria, os Ajudantes e os Secretarios das Inspectorias provinciaes, e, sobre proposta do Inspector, os Amanuenses da Inspectoria Geral.

Serão nomeados pelo Inspector Geral os demais empregados da Inspectoria Geral na Côrte, e pelos Inspectores provinciaes os Guardas de saude.

Art. 19. O Inspector Geral de saude dos portos será substituido, em seus impedimentos, por um dos Ajudantes do Inspector, designado pelo Ministro do Imperio ; e o Secretario da Inspectoria Geral por um dos Amanuenses, designado pelo Inspector.

Os Inspectores de saude dos portos provinciaes serão substituidos pelos respectivos Ajudantes, e, na falta destes, por Medicos designados pelo Presidente da Provincia.

continua aqui >